



## A inspeção sanitária animal deve ser uniforme

É imprescindível valorizar os médicos veterinários responsáveis pela inspeção e fiscalização sanitárias em todos os níveis, notadamente nos estaduais e municipais e dar-lhes condições de plano de carreira e materiais, inclusive laboratóri-

os locais, para que possam desempenhar suas funções no nível em que a sociedade exige. A inspeção precisa ter o mesmo grau de eficiência em todo o território nacional e não apenas nos estabelecimentos exportadores. **PÁGINAS 04 e 05**

**EDITORIAL: Saúde Pública é trabalho multidisciplinar**

**3**

## Engenheiro mecânico incentiva demissões na Emater-Rio

Nascido em Curvelo, Hélio Cabral Moreira (56) formou-se em engenharia mecânica pela Universidade Católica de Minas Gerais e, em 1975, foi admitido, por concurso público, no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, onde fez carreira brilhante e ocupou cargos executivos como os de chefe do Departamento de Mineração e Metalurgia. No governo Rosinha Garotinho, foi diretor da Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro - CODIN e, posteriormente, seu presidente.

Desde janeiro deste ano, é o presidente da Emater-Rio, onde vem executando um Plano de Incentivo à Demissão Voluntária (IDV).

A Empresa não realiza concurso público há 17 anos e tem 400 vagas em aberto, segundo informa a FASER. **PÁG. 07**



Na foto, à direita: Walmick Mendes Bezerra

## Walmick Mendes Bezerra na Academia Brasileira da Extensão Rural

Nosso colega, médico veterinário Walmick Mendes Bezerra, ex-presidente da ACAR-RJ e da Emater-Rio, durante mais de 10 anos, foi indicado pelos seus colegas e aceito como membro honorário da Academia Brasileira da Extensão Rural, fundada em Brasília. **PÁG. 06**

## I Simpósio de Medicina Veterinária Intensiva – BVECCS

Data: 24 e 25 de novembro de 2007

Local: Rio de Janeiro

Informações: (21) 2259-9096 bveccs@bveccs.com.br

## Curso Teórico e Prático Anestesia e Procedimentos ao Paciente Crítico – Cão e Gato

Data: 30 de novembro a 02 de dezembro de 2007

Local: Faculdade de Medicina Veterinária da Universidade Castelo Branco - Campus Penha

Informações: (21) 3326-0440 ctivet@ctiveterinario.com.br

## 9º Congresso de Agribusiness

Data: 04 e 05 de dezembro de 2007

Local: Auditório da Confederação Nacional do Comércio - Rio de Janeiro

Informações: www.sna.agr.br

## Curso de Fisioterapia e Reabilitação Animal (160 H)

Data: Início em 19 de janeiro de 2008 (vagas limitadas)

Local: Barra da Tijuca

Informações: www.vetphysical.com.br

## North American Veterinary Conference

Data: 19 a 23 de janeiro de 2008

Local: Orlando - Flórida

Informações: www.tnavc.org

## Curso de Especialização em Ciências do Laboratório Clínico

Data: Fevereiro de 2008 a Janeiro de 2009 (Seleção: 02/06/07 a 19/01/08)

Local: UFRJ - Rio de Janeiro

Informações: (21) 2562-6421 2562-6406 pmneufeld@yahoo.com.br

## 8º Curso de Capacitação para Médicos Veterinários Responsáveis Técnicos em Estabelecimentos Produtores de Alimentos de Origem Animal

Data: 29 de fevereiro a 28 de junho de 2008 (inscrições até 15/02/08)

Local: FCAV/UNESP

Informações: (16) 3209-1300 – eventos@funep.fcav.unesp.br

## Curso de Especialização em Saúde Pública

Data: Abril de 2008 a março de 2009 (Seleção: 03/06/07 a 20/02/08)

Local: UFRJ - Rio de Janeiro

Informações: (21) 2562-6421 2562-6406 pmneufeld@yahoo.com.br

## XXIX Congresso Brasileiro da Anclivepa 2008

Data: 23 a 26 de abril de 2008

Local: Maceió - AL

Informações: www.anclivepa2008.com.br

## 11º Congresso Regional de Videocirurgia

Data: 22 a 24 de maio de 2008

Local: Armação dos Búzios - RJ

Informações: www.sobracilrj.com.br/congresso

## 29º Congresso Mundial de Medicina Veterinária

Data: 27 a 31 de julho de 2008

Local: Vancouver - Canadá

Informações: www.worldveterinarycongress2008.com

# Movimentação de Pessoas Físicas

## MÉDICOS VETERINÁRIOS - Inscrição

1639 - Heloisa Helena Aires Boogaardt (Reabertura)  
 2137 - Dilma Moura de Souza (Reabertura)  
 2225 - Elizabeth Fátima Alves Wyler (Reabertura)  
 9272 - Carolina Borges Eccard Leal  
 9273 - Natalie Wayand Silva  
 9274 - Márcia de Andrade Pinto  
 9276 - Vanessa Costa de Lima  
 9277 - Francisco Campos Portugal  
 9278 - Elaine Thais Oliveira dos Santos  
 9279 - Camilla Viana Martins Ribeiro  
 9280 "S" - Igor Dias Praxedes de Souza  
 9281 - Anderson Dante Nascimento Arci  
 9282 - Daiana Jacinto Rezende  
 9283 - Osmar Fischer de Brito  
 9284 - Kathryn Anne Ford Diaz  
 9285 - Aline Correa Salvadoretti  
 9286 - Andre Sainrive Cardia  
 9287 - Nathalia Breder Barreto  
 9288 - Tatiana da Silva Martins  
 9289 - Gustavo Ciarlini Verticchio  
 9290 - Marcela Jardim Fonseca  
 9291 - Luciana Ferreira Kauffmann  
 9292 - Eduardo Lopes Lima  
 9293 - Maria Lucia Campos Borges  
 9294 - Vitor Emanuel de Abreu Rocha  
 9295 - Jaqueline de Mello Silva  
 9296 - Priscila Cristina Camara Garcia  
 9297 - Clarisse Matuck Santiago Mansur  
 9298 - Paulo Fernando de Oliveira Deslandes  
 9299 - Paula Berna da Silva  
 9300 - Romulo Mendonça da Rosa  
 9301 - Mariana Goulart Macedo da Silva

9302 - Luciana Vieira Esteves  
 9303 - Rodrigo Lima Campos  
 9304 - Cynthia Annes Rubiao  
 9305 - Thais Massacesi Moreira  
 9306 - Jaqueline dos Santos Andrade  
 9307 - Karina Jardim da Silva Araujo  
 9308 - Eduardo de Moraes Mussi  
 9309 - Giselle Salles de Oliveira Miranda

## TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS

9275 - Breno Carvalho de Paula (CRMV-PR)

## TRANSFERÊNCIAS PARA OUTROS CRMVS

4781 - Guilherme Ribeiro Alves (CRMV-MT)  
 5393 - Alexandre Canedo de Magalhães (CRMV-MT)  
 5662 - Ana Luisa Perrone Poerner (CRMV-MT)  
 6446 - Marcus Vinicius Gouvea (CRMV-MT)  
 6677 - Breno de Faria E Vasconcellos (CRMV-GO)  
 6760 - Wanderson Clay Porcino Silva (CRMV-MT)  
 6838 - Rosane da Conceição Fabiano Mendes (CRMV-MT)  
 7537 - Tatiana Pereira Cardoso (CRMV-PA)  
 7715 - Gustavo Mendes Cantarino (CRMV-MT)  
 8359 - Luiz Otavio Amaro da Silveira Silveira (CRMV-MT)  
 8912 - Verônica das Neves Sant'anna Ribeiro (CRMV-RR)  
 8917 - Thais Ebendinger Martins Trindade (CRMV-RO)  
 8994 - Renata Schmidt Pereira de Azevedo (CRMV-RS)  
 9102 - Allan Rogério de Alvarenga (CRMV-PR)

## CANCELAMENTOS DE INSCRIÇÃO

### Não exercício da profissão

1375 - Henrique Cockell Andrade  
 2670 - João Christóvão da Silva  
 3187 - Ruth Sebastiana de Sousa

4305 - Marcelo Macillo de Moraes  
 5654 - Luciana Maria Paulino da Silva  
 5738 - Alexander Augusto Perez Gonzalez  
 6627 - Vanessa Pinho da Matta  
 6837 - Isabela Alves da Silva  
 6844 - Kate Porciuncula Koeche  
 7245 - Rita Vilanova Prata  
 7248 - Marcelo Antonio Porto de Miranda

## Óbito

0164 - Marcos Augusto Garcia Nogueira  
 2639 - Marly Fernandes Montenegro

## ZOOTECNISTAS - Inscrição

457/Z - Luciana Melo Rizo (REABERTURA)  
 736/Z - Fernanda Nascimento de Godoi  
 737/Z - Luciana Lopa Mendes

## TRANSFERÊNCIA PARA OUTROS CRMVS

526/Z - Gabriel Raia Carneiro (CRMV-PR)

## CANCELAMENTOS DE INSCRIÇÃO

### Não exercício da profissão

444/Z - Paulo Francisco Laranjeira Junior  
 472/Z - Ronni Pavani dos Santos  
 488/Z - Rafael Pereira do Carmo  
 509/Z - Alfredo Kohler Junior  
 552/Z - Francisco Antonio da Silva Freixinho  
 559/Z - Lauro Cesar da Cruz Silva

## Óbito

389/Z - Andre Luigi Gonçalves

## Saúde Pública é trabalho multidisciplinar

**A**s ações de saúde pública são muito diversificadas, abrangentes e complexas e por isso precisam ser exercidas por profissionais de diversas áreas trabalhando em conjunto, de forma harmônica, coordenada, isenta de corporativismos.

Nenhum projeto, técnica, sistema ou ação que tenha por objetivo promover e manter a saúde de uma comunidade ou população pode ou deve ser considerado mais importante. Todos eles têm sua importância e seu momento. Não há espaço para ciúmeiras ou vaidades. Médicos, médicos veterinários, zootecnistas, biólogos, odontologistas, engenheiros, farmacêuticos, pesquisadores, agentes de saúde pública, assistentes sociais, psicólogos, psicanalistas - para citar algumas profissões, aleatoriamente - precisam trabalhar em conjunto, compondo um time com metas, propósitos e objetivos definidos.

A verdade é que não existem conhecimentos estanques, compartimentados. Os fenômenos da natureza não ocorrem de forma fragmentada, sistematizada por capítulos ou matérias, como química, biologia, física, etc... Essa divisão foi criada para facilitar a compreensão dos fenômenos naturais e é, portanto, artificial. A maioria dos fenômenos naturais é complexa e engloba conhecimentos múltiplos abrangendo uma gama de aspectos.

### O Brasil tem uma história importante no que se refere à saúde pública. Temos obrigação de preservar essa tradição

Quem estudou muito esse assunto foi o filósofo francês Augusto Comte, criador do positivismo, na primeira metade do século XIX e que gerou, anos mais tarde, o neopositivismo.

Foi das idéias de Augusto Comte que nasceu o conceito que ele denominou "espírito de conjunto" e que, modernamente, chamamos de "espírito de equipe", conceito relacionado com o "holismo", que é a tendência do universo para sintetizar unidades em totalidades organizadas.

Analisando determinados fenômenos naturais, torna-se muito difícil ou, às vezes, praticamente impossível, determinar com nitidez e precisão qual ou quais dos seus componentes podem ser enquadrados em qual ou quais ramos do conhecimento humano.

O trabalho do médico veterinário em benefício da saúde pública, segundo a minha visão, é indispensável (e para isso basta citar o exemplo das zoonoses), mas não mais nem menos importante do que o dos demais profissionais.

O Brasil tem uma história importante no que se refere à saúde pública, representada pelo trabalho de Oswaldo Cruz, Carlos Chagas e Vital Brazil, dentre muitos outros ícones cuja tradição temos a obrigação de preservar e de transmitir às gerações futuras.

Não há justificativa para corporativismo nem para a tentativa de supervalorizar a nossa profissão dando a ela uma importância maior do que aquela que realmente tem, ou seja, igual a de todas as outras.



*Callithrix aurita*: CPRJ-Feema – Foto: Sávio F. Bruno, 2007.

### Micos Invasores

No editorial do número de outubro, sob o título "Mico vira praga e ameaça saúde pública" comentamos o problema dos micos híbridos que estão invadindo os lares próximos às regiões de floresta ameaçando as pessoas e representando um problema de saúde pública face às zoonoses que podem transmitir. Afirmamos, com base em consulta, que esses híbridos resultam do cruzamento do *Callithrix aurita* com o *Callithrix jacchus*. A propósito, recebemos correspondência do colega médico veterinário, professor da UFF, Sávio Bruno, PhD, explicando que o *C.aurita* tem preferência por florestas de altitude (500-800m) e que tratando-se da região metropolitana da cidade do Rio de Janeiro, o híbrido de *Callithrix* predominante é o que resulta do cruzamento entre as espécies *C.jacchus* e *penicillata*.

### Homeopatia para Médicos Veterinários

A Federação Brasileira de Homeopatia realizará o Curso de Formação e Especialização em Homeopatia, cujo público alvo são os médicos veterinários. O curso terá início em março de 2008, com aulas nos terceiros sábados de cada mês, de 08:30 às 18:30, no Hospital da Lagoa, RJ. A proposta é reunir os conceitos clássicos e contemporâneos dos estudiosos em Homeopatia, aplicados à clínica e terapêutica.

Informações: (21) 2509-2138 - contato@homeopatiabrasil.org.br

### 9º Congresso de Agribusiness

Mais uma vez, a SNA - Sociedade Nacional de Agricultura, com o apoio do Sebrae/RJ, promoverá seu tradicional Congresso de Agribusiness para discutir o tema "Oportunidades e Riscos do Agronegócio", nos dias 04 e 05/12/2007, no Auditório da Confederação Nacional do Comércio, à Av. General Justo, 307/9º andar - Rio de Janeiro. Segundo a SNA, já foram confirmadas as presenças do ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes; dos ex-ministros Roberto Rodrigues e Pratini de Moraes; do ex-

diretor da Agência Nacional de Petróleo, David Zylbersztajn e do Secretário de Meio Ambiente do Estado de São Paulo, Xico Graziano.

Além disso, participarão do evento os grupos Aracruz Celulose, Bio Energy, Brasil Ecodiesel, e outros que debaterão o futuro do agronegócio no Brasil, fusões e aquisições, agroenergia, novos mercados e tecnologias, que constituem alguns dos temas dos seis painéis programados para a ocasião.

Mais informações e inscrições no site [www.sna.agr.br](http://www.sna.agr.br).

### Instituto Jorge Vaitsman

O Instituto Municipal de Medicina Veterinária Jorge Vaitsman agora conta com e-mail e site institucionais. [ijv@rio.rj.gov.br](mailto:ijv@rio.rj.gov.br); [www.rio.rj.gov.br/ijv](http://www.rio.rj.gov.br/ijv)

# É preciso uniformizar a inspeção sanitária

A antiga e criminosa fraude do leite, recentemente denunciada pela imprensa, é um bom motivo para repensar os problemas da inspeção sanitária de produtos de origem animal.

A defesa sanitária animal e a inspeção dos produtos de origem animal, como todos sabem, são atividades dos médicos veterinários oficiais que funcionam nos três níveis de governo: municipal, estadual e federal.

As normas mais importantes são aquelas exigidas pelos organismos internacionais e que os exportadores precisam cumprir.

Na área estadual, elas são alteradas e da mesma forma na municipal.

Na área federal, as exigências são maiores, enquanto que na estadual e na municipal, usualmente menores.

A grande pergunta é: por que isso acontece? O que explica que a orientação não seja igual para todo o País? O que justifica esses padrões de exigência diferentes?

## Serviço já foi padrão

Ao longo dos anos, já tivemos serviços de defesa sanitária animal padrão e a Inspeção Federal do Ministério da Agricultura chegou num nível também muito bom quando o parque industrial de carne, leite, pescado, mel de abelha, ovos e todos os produtos derivados evoluiu muito no Brasil, não apenas por pressão da sociedade que desejava produtos de melhor qualidade, como para cumprir as exigências dos importadores.

Se já alcançamos níveis de qualidade de exportação, o que explica situações como essa que aconteceu recentemente com o leite? Uma delas é que os serviços oficiais vêm sendo desprestigiados ao longo do tempo. Além disso, falta pessoal e também treinamento e os serviços vêm sendo dismantelados sempre sob a argumentação de que existem outros, como os de defesa do consumidor, a ANVISA, o Ministério Público e a Polícia Federal, que agem contra os fraudadores. E o que acontece com estes, quando identificados? Suas fraudes são divulgadas, eles são apresentados à sociedade, na esperança de que sirvam de exemplo de como não se deve proceder, na esperança de amedrontar fraudadores potenciais e...mais nada. Enquanto isso, nos países adiantados, fraudar alimentos e bebidas é considerado crime grave. E mais, aqui empresa não é definitivamente fechada como deveria acontecer.



Uma empresa que fraudava um alimento com soro (para aumentar o volume) e substâncias tóxicas como a soda cáustica (uma base forte, altamente corrosiva, que pode causar danos graves e irreversíveis à mucosa intestinal) e água oxigenada (um poderoso oxidante), não tem desculpa, precisa ser definitivamente fechada pelo governo.

A desculpa, fartamente divulgada na mídia de que as doses usadas são inofensivas para a saúde é um deboche irresponsável e criminoso e que conduz às seguintes indagações: se é bom para o produtor e não faz mal ao consumidor, por que, então, não é considerada uma técnica válida? E, se estamos lidando com falsários, criminosos e bandidos (bandagem mais grave do que a dos traficantes porque sorrateira, feita às escuras, traiçoeira) deveríamos esperar muito mais rigor das autoridades visto estar em jogo a saúde dos consumidores em geral e não apenas das crianças e dos idosos como é freqüentemente propalado.

O simples fato de adicionar água ao leite - e não se sabe água de que qualidade - já deve ser considerado falta grave, quanto mais colocar produtos químicos tóxicos. O batismo com água já é "tradicional", assim como com urina de vaca e soro, subproduto da fabricação do queijo. São todas práticas criminosas fruto de uma inspeção precária, na origem, e da impunidade que assola o país.

## A falta de laboratórios

Sem uma boa rede de laboratórios não pode haver um serviço de inspeção de qualidade. Antigamente os médicos veterinários da área federal contavam com o apoio de 17 laboratórios no Brasil. Atualmente, apenas 5 laboratórios oficiais estão em funcionamento. Nas áreas estadual e municipal, praticamente não existem laboratórios oficiais.

## Responsabilidade

A responsabilidade de fazer chegar ao consumidor um alimento sadio, próprio para o consumo (no nosso caso, os de origem animal) começa no produtor e vai até o próprio consumidor (que também deve prestar atenção naquilo que compra), passando pelo varejista. Ao produtor compete um comportamento ético e a consciência da importância do seu trabalho.

Ao processador - seja ele um abatedouro, uma indústria beneficiadora ou transformadora, uma cooperativa, etc... - cabe a responsabilidade de trabalhar com competência e honestidade e a compreensão de que poderá por em risco a saúde da população que é assunto muito sério. O varejista tem a obrigação de só comprar para revender, alimentos de origem conhecida e de qualidade comprovada. E, finalmente, aos colegas médicos vete-

rinários que trabalham na fiscalização e na inspeção de produtos de origem animal, o sagrado dever de zelar pela saúde e bem estar da população em que pesem as eventuais dificuldades profissionais e pessoais que precisem enfrentar.

## Fraudes clássicas

A adição de amido, além do permitido, em produtos cárneos embutidos é um exemplo clássico de fraude. O excesso de água em frangos abatidos, no bacalhau e no charque, também. Adicionar nitratos e nitritos, além da quantidade máxima permitida em lei, na carne vermelha, para acentuar sua cor é mais uma praxe ilegal comum. E, para fugir das conseqüências pela desobediência das exigências legais os comerciantes mudam a denominação dos produtos. É o caso do bacalhau seco que passou a ser denominado de “peixe salgado”. Situações semelhantes acontecem com vários outros produtos.

É triste que fraudes como essas ainda perdurem em diversas situações. Elas são a conseqüência de uma fiscalização deficiente por falta de coordenação, de equipamento e de outras condições mínimas de trabalho além de uma punição rigorosa dos infratores, como a lei determina.

## Clandestinos e impunes

Os colegas fiscais agropecuários no nível federal e os médicos veterinários nos níveis estadual e municipal consideram, com razão, que os abatedouros clandestinos em operação em diversos municípios do estado do Rio de Janeiro, sendo clandestinos, evidentemente, não estão sujeitos à fiscalização. Trata-se de casos de polícia. Mas a verdade é que essa clandestinidade não é nada clandestina uma vez que nos municípios todo mundo sabe onde eles se localizam. Só não são fechados e os responsáveis presos porque é do interesse das pessoas influentes e corruptas da região que permaneçam funcionando e distribuindo, digamos, “brindes” para os funcionários públicos pagos por nós todos para coibir ilegalidades desse (e de outros...) tipo. Enquanto isso, permanecem produzindo alimentos de má qualidade e deteriorando o meio ambiente onde depositam seus resíduos sem qualquer tipo de tratamento.

Aqui no Rio de Janeiro, o Ministério Público vem trabalhando, há algum tempo, com os serviços de inspeção federal, do estado e também dos municípios para resolver o problema dos abatedouros ilegais, mas ainda não conseguiram lograr êxito. Também permanecem em funcionamento os lixões que são importantes focos de contaminação e uma constante ameaça à saúde pública e animal.

O problema da produção de alimentos de origem animal de má qualidade e, portanto, capazes de colocar em risco a saúde da população começa na inspeção e aprovação das instalações e dos equipamentos que serão utilizados no processo de beneficiamento, processamento e embalagem do produto, além das condições de armazenamento e fiscalização de todos os insumos utilizados. Tudo o que entra e tudo o que sai do estabelecimento (abatedouro, cooperativa, fábrica, etc...) está sujeito à fiscalização no sentido de verificar se as determinações legais foram cumpridas.

Houve uma época em que a inspeção dos estabelecimentos que trabalham com leite era permanente. Posteriormente, e é assim que funciona hoje em dia, ela passou a ser periódica, com raríssimas exceções. Só nos abatedouros a inspeção oficial continua exigência permanente além de indelegável.

## A grande questão

A grande questão é decidir se estamos satisfeitos em operar em esquemas próprios do Terceiro Mundo ou se queremos funcionar como país evoluído que preza a segurança alimentar e a saúde do seu povo que, afinal é o seu maior patrimônio.

Depois da Segunda Grande Guerra Mundial, a carência de produtos alimentares de origem animal, notadamente das carnes, tornou-se aguda tanto nos países vencedores como nos vencidos. E a importância do Brasil como fornecedor cresceu. Foi quando recebemos assistência, por exemplo, dos Estados Unidos que deram

apoio aos nossos técnicos para elevar o nível da qualidade dos produtos de origem animal, o que, efetivamente aconteceu. Como conseqüência, a inspeção melhorou muito, atingindo níveis bastante elevados de eficiência tecnológica.

Uma grande mudança ocorreu em 03 de dezembro 1971, quando foi criada a Lei nº 5.760, assinada pelo general Médici e conhecida como “lei da federalização”. Ela determinou que a competência para a fiscalização, em todo o território nacional, era da União. Num país da dimensão do nosso, esse diploma legal enfrentou várias dificuldades de execução mas, por outro lado, fez com que nosso parque industrial reformulasse sua política de ação e se modernizasse, tanto sob o ângulo das instalações e equipamentos como da qualidade técnica da operação.

Em 1989, essa lei foi revogada pela Lei nº 7.889, de autoria do senador Nelson Carneiro e tudo voltou a ser como dantes, ou seja, os serviços de inspeção voltaram aos seus três níveis anteriores: federal, estadual e municipal. Isso aconteceu diante da constatação de que a “lei da federalização” não tinha como ser aplicada na prática. Foi incrementada, também, a fiscalização sanitária no comércio.

## Normas gerais são do MA

O governo federal, através do Ministério da Agricultura, continua dando as normas gerais, mas os estados têm liberdade para criar suas próprias normas desde que não colidam com as federais, entretanto, geralmente o que acontece é que elas costumam ser menos exigentes, o mesmo acontecendo no nível municipal. Isso não é bom. O correto seria haver somente um tipo de inspeção, um tipo só de orientação, um tipo só de conduta, válido para todo o país.

**É importante combater e punir os fraudadores de alimentos e os poluidores do meio ambiente**

## Importadores exigem qualidade

Os países que importam produtos de origem animal do Brasil enviam seus técnicos aqui (da mesma forma como fazemos quando importamos produtos de outros países) onde fazem as exigências corretas, sob os aspectos técnico, higiênico e sanitário, que devem ser observados na defesa dos seus próprios rebanhos, mas, nas indústrias que produzem para o consumo do nosso povo não é exigido esse mesmo padrão. Isso não faz sentido. Não há justificativa capaz de explicar esse absurdo. O caso da carne bovina é emblemático. Produzimos cerca de 8 milhões de toneladas, por ano, 6 milhões para o mercado interno e 2 milhões de toneladas para exportação (em números redondos). A quarta parte da nossa produção vai para o exterior onde é considerada uma das melhores carnes do mundo e as três quartas partes que ficam aqui, para o consumo interno, nem sempre tem a mesma qualidade por causa de vários abatedouros que, apesar da inspeção oficial, não poderiam estar funcionando uma vez que não apresentam as condições técnicas, higiênicas e sanitárias legalmente exigidas. E além disso, há os abatedouros clandestinos que não são fechados por injunções políticas e corrupção.

Enquanto as exigências dos importadores crescem, com itens como a produção ecológica, a biossegurança, o bem-estar animal, o certificado de origem e outros, o mercado nacional continua negligenciado.

Para corrigir essa situação é imprescindível valorizar os médicos veterinários inspetores e fiscalizadores, dando-lhes condições salariais e materiais (aí incluídos os laboratórios, condução e demais facilidades) para que possam desempenhar suas funções com a eficiência que o consumidor - cada vez melhor informado - exige.

# Quem foi Jorge Vaitsman?

Luiz Octavio Pires Leal\*

**E** stávamos no início da década de 1960 e trabalhávamos na Comissão Nacional de Avicultura que funcionava no prédio do antigo Ministério da Agricultura no Largo da Misericórdia. Ele era a segunda pessoa, o secretário executivo. O presidente era o engenheiro agrônomo e jornalista pioneiro da informação rural brasileira, Mario Vilhena.

Vaitsman era veterinário e também jornalista da melhor qualidade, além de produtor de inúmeras publicações e programas veiculados pela antiga Rádio Rural do Ministério da Agricultura que transmitia em ondas curtas para todo o País.

O Dr. Vilhena tinha uma página semanal no Correio da Manhã, o mais importante diário carioca, respeitado no Brasil inteiro. Gostava de dar oportunidades aos jovens e fui um dos beneficiários da sua generosidade. Encomendou-me um artigo para a sua página. Pesquisei, telefonei, suei, fiz, refiz, corriji e... tomei coragem para apresentá-lo ao chefe que, muito ocupado, falou: -mostre ali ao Vaitsman. Sentei ao seu lado e aguardei que ele terminasse de redigir uma matéria (ele não estava nunca parado mas sempre lendo ou escrevendo). Quanto terminou, pegou um lápis e num minuto percorreu a lauda e meia que eu escrevera. Abaixou o papel, olhou nos meus olhos e proferiu a primeira crítica que ouvi na minha incipiente tentativa de imitá-lo, ou seja, somar a profissão de jornalista à de médico veterinário: -essa matéria está uma m...mas vou lhe dizer porque. Em seguida, deu-me uma aula de jornalismo absolutamente inesquecível (já lá se foram 40 anos!). E, ao que tudo indica, foi eficiente, tanto que pouco tempo depois, fui admitido como colunista (Avicultura) do Jornal do Brasil e...para o bem ou para o mal dos leitores, nunca mais parei,

em diversos jornais, emissoras de rádio, de televisão, revistas, livros e, nos últimos onze anos, aqui neste Jornal.

Jorge Vaitsman era filho de imigrantes judeus poloneses fugidos da perseguição nazista. Nascido em Campos dos Goytacases, em 1913, formou-se em veterinária, em 1937, pela antiga Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária, em Belo Horizonte.

No final da década de 40, entrou para o SIA-Serviço de Informação Agrícola, do MA, no Rio, onde concebeu uma política de comunicação e informação para o meio rural, criando, inclusive, personagens.

Grande parte do trabalho que ampliou as áreas de atuação do médico veterinário (Lei Federal No. 5.517, de 23/10/1968) é devida a ele.

Sua atuação como comunicador era tão importante quanto a de veterinário. Foi, inclusive, professor de Microbiologia da Faculdade de Medicina Veterinária da UFF.

Faleceu ainda jovem e em plena atividade, vítima por cardiopatia. Nos deixou no dia 12 de março de 1977, aos 64 anos. No mesmo ano, no dia 24 de novembro, o então Instituto Estadual de Medicina Veterinária foi rebatizado, através de um decreto municipal, com o nome que tem até hoje: Instituto Municipal de Medicina Veterinária Jorge Vaitsman, que está completando 90 anos.

Para todos nós, Jorge Vaitsman deixou um excelente exemplo de trabalho competente, visão, ética e honradez. E em mim, uma imensa gratidão.

Luiz Octavio Pires Leal é médico veterinário e jornalista responsável pelo CRMV-RJ Jornal

## Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado Rio de Janeiro Balço Financeiro – Ago/2007

### Receita

Receita orçamentária	87.969,40
Receitas correntes	87.969,40
Receita de contribuições	28.473,03
Receitas patrimonial	20.436,01
Receitas de serviços	12.856,37
Outras receitas correntes	26.203,99
Receita extra-orçamentária	19.671,74
Diversos responsáveis	116,28
Devedores da entidade	1.853,62
Consignações	12.901,44
Cretores da entidade	4.800,40
Saldos do exercício anterior	2.463.183,76
Bancos-c/movimento	60.658,04
Bancos-c/arrecadação	25.083,10
Responsável por suprimento	4.032,40
Bancos-c/vinculada a aplicações	2.373.410,22

**Total 2.570.824,90**

### Despesa

Despesa orçamentária	177.571,57
Despesas correntes	175.921,57
Despesas de custeio	175.921,57
Despesas de capital	1.650,00
Investimentos	1.650,00
Despesa extra-orçamentária	40.890,14
Diversos responsáveis	63,34
Devedores da entidade	2.422,59
Entidades públicas devedoras	195,00
Consignações	17.978,12
Cretores da entidade	20.228,09
Saldos para o exercício seguinte	2.352.363,19
Bancos-c/movimento	72.137,63
Bancos-c/arrecadação	24.648,80
Responsável por suprimento	5.500,00
Bancos-c/vinculada a aplicações	2.250.076,76

**Total 2.570.824,90**

#### Eduardo Batista Borges - Presidente

CRMV-RJ N° 1.502  
CPF: 267.182.437-87

#### Everardo Duarte Machado - Tesoureiro

CRMV-RJ N° 1273  
CPF: 050.801.421-20

#### Ana Maria da Cunha - Contadora

CRC-RJ N° 7.712-1  
CPF: 550.910.247-00

## Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Rio de Janeiro

### Presidente

Eduardo Batista Borges

### Vice-Presidente

Ricardo Siqueira da Silva

### Secretária Geral

Eucy Tavares Galamba

### Tesoureiro

Everardo Duarte Machado

### Conselheiros Efetivos

Carlos Henrique Pizarro Borges

Cícero Araújo Pitombo

Douglas Oliveira Ramos

Ismar Araújo de Moraes

Nádia Regina Pereira Almosny

Sérgio Henrique Emerick

### Conselheiros Suplentes

Andréa de Azevedo Balthazar

Cláudio Pinto Vicente

Cristina Silva Grootenboer

José Paulo de Oliveira

Marcelo Hauaji de Sá Pacheco

Renata Neves Ignácio

### Jornalista Responsável

Luiz Octavio Pires Leal

Reg. Prof. 11926/49/87v

CRMV-RJ n° 608

### Secretária de Redação

Kátia Brito

**Endereço:** Rua Torres Homem, 475, Vila Isabel • CEP 20551-070 • RJ

**Tel.:** (21) 2576 7281 • **Fax:** (21) 2576 7844

**Web:** www.crmvrj.com.br • **E-mail:** crmvjr@crmvrj.com.br

### Diagramação e arte:

I Grafici • (21) 2213-0794

### CTP e Impressão:

Zoomgraf-K Ltda • (21) 2620-2277

### Tiragem:

12.000 exemplares

### Periodicidade:

Mensal  
Distribuição Gratuita

## Walmick Mendes Bezerra na Academia Brasileira da Extensão rural

**O** médico veterinário Walmick Mendes Bezerra, da turma de 1958, da UFRRJ, acaba de ser aceito como membro honorário da Academia Brasileira da Extensão Rural, fundada em Brasília.

Cada unidade da Federação indicou o seu representante através de eleição realizada na unidade de extensão rural correspondente.

A solenidade foi realizada em três de outubro último, no Auditório Nereu Ramos, da Câmara dos Deputados, em Brasília.

Walmick dedicou grande parte da sua vida profissional à extensão rural, tendo completado 13 anos como presidente do órgão, primeiro, da ACAR-RJ - Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado do Rio de Janeiro que foi transformada na atual Emater-Rio. Antes de se aposentar, ocupou diversos outros cargos, como: diretor-geral de Agropecuária da Secretaria de Agricultura, presidente da Siagro-Rio, e superintendente de Defesa Sanitária onde realizou importante trabalho para a erradicação da febre aftosa no RJ.

## Aquicultura e Pesca Sustentáveis

O crescimento acentuado da aquicultura nos últimos anos vem despertando a atenção de empreendedores e de ambientalistas. (Albinati, 2007). De um lado os empresários atentos às oportunidades de negócios em um mercado mundial de pescados, de outro os ambientalistas preocupados com os impactos da atividade nos ecossistemas.

De acordo com Queiroz (2002), em função dos diversos sistemas de produção desenvolvidos na aquicultura e pelas diferentes percepções sobre o conceito de “sustentabilidade”, é necessário um amplo debate pautado em bases científicas para definir o caminho da aquicultura. O importante é que todos os agentes envolvidos entendam que é necessário atingir um modelo de desenvolvimento sustentável.

A aquicultura sustentável pode ser definida como a produção lucrativa de organismos aquáticos, mantendo uma relação harmônica e duradoura com os ecossistemas e as comunidades locais. Deve ser produtiva e lucrativa mesmo incluindo as externalidades no seu custo de produção. Devem ser usados racionalmente os recursos naturais sem degradar o ecossistema no qual se insere. Deve gerar empregos para as comunidades locais, elevando sua qualidade de vida e deve respeitar sua cultura. (Valenti W. C., 2002).

### O caminho da aquicultura deve ser definido em bases científicas

A “revolução azul”, preconizada por cientistas, na década de 70, previa que o mar e os recursos hídricos iriam ser usados pelo homem como uma nova fonte importante de alimentos, em especial uma fonte de proteína de alta qualidade e de baixo custo. Houve um grande interesse na aquicultura, com alguns reflexos no Brasil. Nos anos de 1970 a 1980, técnicas de reprodução e recria de diversas espécies foram alcançadas incluindo os avanços na criação de trutas, a reprodução induzida de peixes nativos, como o tambaqui, a Piratininga, o pacu e algumas espécies exóticas de peixes e camarões, como a carpa comum, as carpas chinesas, o camarão de água doce e algumas espécies de camarões de água salgada. (Mathias, 2004).

A Food And Agriculture Organization of the United Nations, FAO, em 2006, na recente revisão sobre a situação global da aquicultura no mundo, aponta as tendências para o desenvolvimento da aquicultura sustentável. Algumas delas são: ampliar a produção das atividades em áreas não agrícolas, diversificar as espécies cultivadas, principalmente as espécies marinhas de alto valor de mercado, diversificar os sistemas de produção, incluindo práticas de integração da aquicultura com outros sistemas agropecuários, aumentar a influência do mercado, do comércio e dos consumidores sobre a atividade, buscando a qualidade e a segurança dos alimentos provenientes da aquicultura.

O melhor e maior exemplo no Brasil é a Amazônia Marítima Brasileira ou Amazônia Azul. São 3,6 milhões de km<sup>2</sup> de território marítimo, o que significa uma costa de 8 mil quilômetros de extensão e um mar territorial de 12 milhas náuticas (cerca de 22 quilômetros) de largura e uma faixa litorânea, também denominada Zona Econômica Exclusiva (ZEE), de 200 milhas náuticas (cerca de 370 quilômetros) de largura. Medidas definidas durante a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNDUM), em 1982. Este exemplo representa um dos cenários do potencial da aquicultura e pesca sustentáveis no Brasil.

# Afinal, a quem interessa acabar com a Emater-Rio?



A pergunta não é nossa, ela está impressa na última linha de um informativo da FASER- Federação Nacional dos Trabalhadores da Assistência Técnica e do Setor Público Agrícola do Brasil.

Segundo o informativo, o Governo do Estado do Rio de Janeiro anunciou o lançamento de um Plano de Incentivo à Demissão Voluntária – IDV, que, para surpresa e espanto da sociedade rural, está sendo iniciado pela Emater-Rio que não realiza concurso público há 17 anos e dispõe de 400 vagas de trabalho em aberto, “segundo dados da própria Secretaria de Agricultura”, à qual a Emater-Rio está vinculada. A medida tem por objetivo conseguir de 25 a 30% de adesões, o que significa cerca de 200 demissões.

Essa história lembra a clássica piada sobre a Guerra do Paraguai em que um soldado gritou para o comandante: -Os voluntário tá tudo aí. Pode desamarrar eles?

Desde o dia 24 de setembro – segundo o informativo da FASER – a diretoria da Emater-Rio vem realizando reuniões com os funcionários em todo o estado, distribuindo um formulário de adesão ao IDV.

A Emater-Rio é a única empresa estatal no Rio de Janeiro que presta serviços de assistência técnica e extensão rural às 70 mil famílias de agricultores fluminenses, difundindo novas tecnologias, trabalhando com educação ambiental e tornando possível o acesso ao crédito rural, de modo a garantir a produção de alimentos no estado.

### Agonia antiga

Nos últimos anos – ainda segundo o informativo citado – o orçamento da Emater-Rio vem sendo drasticamente cortado. A empresa que já chegou a ter escritórios em praticamente todos os municípios fluminenses, fechou um bom número deles por falta de técnicos.

### Despesa para demitir

Atualmente, a Emater-Rio é presidida por um engenheiro mecânico de cuja formação, ao que se saiba, não constou nenhuma aula ou treinamento sobre extensão rural, assunto que tem uma filosofia bem definida e que resulta da experiência prática de diversos países, durante décadas. O que consta é que ele ganha o salário razoável de R\$ 40 mil (mensais) como funcionário do BNDES, quantia que a Emater-Rio precisa repor ao Banco todos os meses. Consta, também que ele dirigiu a CODIN (Companhia de Desenvolvimento Industrial) no governo da senhora Rosinha Garotinho.

Para executar o tal plano de “demissão voluntária” a Empresa dispõe de uma verba de R\$ 14 milhões. Trata-se de um raciocínio que só os realmente iniciados nos mistérios da alta matemática conseguem compreender.

No início deste ano, a liberação de apenas R\$ 260 mil por parte do Governo do Estado, possibilitou à Emater-Rio obter a contrapartida de R\$ 1 milhão do Governo Federal para adquirir 50 carros novos para a Empresa, ferramenta indispensável para os trabalhos de extensão rural.

Afinal, a prioridade é investir para demitir ou investir para melhorar a extensão rural no RJ?

### Dias melhores

A Emater-Rio, sucessora da antiga ACAR-RJ, já viveu dias muito melhores quando merecia o respeito e a admiração dos pequenos produtores do RJ pelo seu trabalho em favor da melhoria de vida e conforto da população rural e isso acaba de ser oficialmente reconhecido (leia matéria neste Jornal) através do convite ao médico veterinário Walmick Mendes Bezerra, que presidiu as duas entidades durante 13 anos seguidos, para ocupar uma cadeira de membro honorário da Academia Brasileira da Extensão Rural, recentemente fundada em Brasília. Seu nome foi indicado pelos atuais funcionários da Emater-Rio.

Dê um novo curso a sua  
**Vida Profissional**



Faça Pós-graduação que  
garante seu reconhecimento profissional  
Cursos aprovados na prática, pelos egressos.  
Os melhores mestres e doutores de cada área Específica.



**Qualittas**  
Instituto de Pós-Graduação

INSCRIÇÕES

**0800 725 6300**  
[www.qualittas.com.br](http://www.qualittas.com.br)

Certificação:  
Os cursos serão certificados por instituição de ensino,  
credenciada pelo MEC a conferir o certificado de  
especialização segundo RESOLUÇÃO CNE/CES Nº 01 DE  
03/04/2001 e CES Nº 908/98 - MEC



Apoio: Sociedade Brasileira de Medicina Veterinária e Anclivepa Brasil

### Cursos de Especialização

**Clínica Médica e Cirúrgica de Pequenos Animais**  
Carga Horária: 800 hs

**Objetivo**

- Formação prática para uso imediato de técnicas profissionais sobre a  
Clínica Médica de Pequenos Animais  
- Solução de problemas do cotidiano das Clínicas Veterinárias  
- Curso diferencial quanto ao objetivo onde casos clínicos e situações reais  
são apresentadas em projeção, e discutidas amplamente por profissionais  
capacitados.

**Defesa e Vigilância Sanitária Animal**  
Carga Horária: 800 hs

**Objetivo**

Preparar o profissional para ações de Defesa Sanitária Animal, atender a  
legislação sanitária para as exportações e preparação para Concursos  
Públicos nas esferas estaduais e Federal.

**Higiene e Inspeção de Produtos de Origem Animal**  
Carga Horária: 800 hs

**Objetivo**

Capacitação e atualização profissionalizante para médicos veterinários que  
atuam ou queiram atuar no mercado de frigoríficos, abatedouros,  
matadouros e indústrias de produção e comercialização de produtos  
alimentícios de origem animal. Curso de imediata aplicação prática e  
preparatório para concursos públicos.

**Vigilância Sanitária e Controle  
de Qualidade dos Alimentos**  
Carga Horária: 800 hs

**Objetivo**

Proporcionar compreensão das relações entre o ambiente humano, a  
qualidade dos alimentos e a saúde dos consumidores. Compreender as  
boas práticas de manipulação, processamento e os padrões de  
procedimentos operacionais de sanitização, bem como a análise de  
perigos e pontos críticos de contaminação para a melhoria da qualidade  
dos alimentos em todos os pontos da cadeia alimentar. Conhecer as  
patologias transmitidas por alimentos, sua casuística, epidemiologia e  
medidas de controle.

**Clínica Médica de Pequenos Animais**  
Carga Horária: 500 hs

**Objetivo**

- Formação prática para uso imediato de técnicas profissionais sobre a  
Clínica Médica de Pequenos Animais  
- Solução de problemas do cotidiano das Clínicas Veterinárias  
- Curso diferencial quanto ao objetivo onde casos clínicos e situações  
reais são apresentadas em projeção, e discutidas amplamente por  
profissionais capacitados.

**Patologia Clínica Veterinária**  
Carga Horária: 800 hs

**Objetivo**

Desenvolvimento técnico-profissional e de habilidades cognitivas  
favorecendo a compreensão ampla e interdisciplinar dos diferentes  
conteúdos inerentes à Patologia Clínica Veterinária.

# Cursos Pós Graduação

**Sanidade de Ruminantes**

Duração: 12 meses / 500 horas-aula

Início: Fevereiro / 2008

Aulas Sexta, Sábado e Domingo

(1 final de semana / mês)

**Reprodução em Equino, Bovino e Pequenos Ruminantes**

Duração: 15 meses / 500 horas-aula

Início: Fevereiro / 2008

Aulas Sábado e Domingo

(1 final de semana / mês)

**Aperfeiçoamento em Odontologia Equina**

Mini Curso Prático e Teórico - Carga Horária 40 Horas

Início: Dezembro / 2007

Aulas Quinta, Sexta, Sábado e Domingo

(1 final de semana / mês)

Corpo Docente  
formado por alguns dos  
Melhores  
Profissionais do Brasil



Realização:

**BUIATRIA-RJ**  
ASSOCIAÇÃO DE BUIATRIA DO  
ESTADO DO RIO DE JANEIRO



**Local dos Cursos:**  
Clínica de Reprodução  
Est. da Granada, 11  
Papucaia – Rio de Janeiro - RJ

**Inscrições:**  
Site: [www.buiatriarj.org.br](http://www.buiatriarj.org.br)  
Email: [posbuiatria@buiatriarj.org.br](mailto:posbuiatria@buiatriarj.org.br)

**Informações:**  
**(21) 9477-3500 / 9477-8576**